INTRODUÇÃO

Os avanços e as conquistas da Humanidade ao longo dos tempos transformaram pensamentos e moldaram gerações. Assim, o século XXI apresenta-se ao mundo sob um novo enfoque, diretamente relacionado com a globalização, o avanço do consumo e as novas descobertas nas ciências, que influenciaram a maneira de agir e de pensar do homem.

A nova face do cenário mundial também surge com grandes mudanças nos campos do poder, como resultado da rápida evolução científica e tecnológica, aliada à facilidade de acesso às informações, como, por exemplo, as redes sociais, que atuam como facilitadoras e formadoras de opinião nas questões referentes aos campos político, econômico, psicossocial e militar.

Neste contexto de evolução em todos os campos do poder, a velocidade e a facilidade com que as informações são processadas, independentemente da distância, fazem com que as tendências do dia a dia sejam colocadas em primeiro plano, particularmente pelo público mais jovem, tornando o mundo cada vez mais complexo e menos tradicional.

> O progresso tecnológico é evidente e a importância dada à informação é incontestável. O progresso tecnológico atua, principalmente, como facilitador no processo comunicacional. Agora é possível processar, armazenar, recuperar e comunicar informação em qualquer formato, sem interferência de fatores como distância, tempo ou volume (SILVA e CUNHA, 2002, p. 77).

Junto com a evolução do ser humano, as inúmeras mudanças observadas no cotidiano transformaram sensivelmente a rotina das pessoas, ficando evidentes os reflexos dessas mudanças no pensamento e nas atitudes, quer positivas quer negativas, gerando, em algumas situações, antagonismos entre o moderno e o tradicional.

Entre o tradicional e o novo, os preceitos éticos e morais constituem-se importantes baluartes para o desenvolvimento social e o viver em coletividade.

Conforme Ávila (1967), pode-se inferir que moral é um fundamento normativo, ou seja, de como as coisas devem ser, independentemente do tempo e do espaço. Por sua vez, ética baseia-se na construção de conceitos e ideias, para

justificar os juízos de valor sobre a realidade, em que toda ação do homem é precedida de um conhecimento filosófico.

No passado, a educação familiar e os modelos comportamentais das pessoas estavam diretamente relacionados com o pensamento filosófico acerca da ética e dos valores morais. Esta filosofia, empregada na formação comportamental das famílias, serviam de alicerce do pensamento individual, moldando a atitude e, em última análise, promovendo a própria evolução de seus integrantes. Assim, cresce de importância o resgate dos valores tradicionais das famílias, como suporte da retomada da ética e da moral em nossa formação, em nosso pensamento e em nossas ações.

Neste contexto, evoca-se aqui a conclusão de Piaget (1954) ao afirmar que valores referem-se a uma troca afetiva que envolve o objeto desejado e o indivíduo. Podendo esse objeto ser de interesse pessoal ou, ainda, uma pessoa, o autor conclui que os valores são construídos com base nas interações entre o homem e a sua realidade, desde a sua formação familiar.

Cabe ressaltar o enfoque religioso dado pelo padre Aleixo (1979), segundo o qual o homem carrega a obrigação de fazer o bem por uma razão moral e não pela força de Deus. Desta forma, a moral tem por objeto a perfeição humana, baseada em ações de bondade e de correção de atitudes, enquanto que a ética humana compreende a essência das leis ideais do ser humano aplicadas ao bem, que significam a busca dos valores que traduzem dignidade, liberdade, autonomia e cidadania, dentre outros.

A par de toda a evolução do homem, em particular a resultante do desenvolvimento tecnológico e das conquistas científicas, as tradições, os costumes e os valores éticos e morais nunca deixaram de acompanhar o desenvolvimento da sociedade.

Saviani (2003) considera que o homem só se torna humano após ser acolhido pelo meio social, por intermédio da convivência com outros indivíduos. Além de importante para o desenvolvimento do comportamento humano, esta convivência é necessária para consolidar a sua identidade.

Assim, verifica-se que, desde cedo, os conceitos referentes aos princípios e valores devem estar presentes desde o início da educação familiar. No entanto, aos poucos o tradicionalismo e os antigos costumes estão sendo substituídos por valores imediatistas, inversamente proporcionais aos consagrados preceitos

familiares, abalando, gravemente, a estrutura da sociedade brasileira e contribuindo, sobremaneira, para a falência de toda uma geração.

Soma-se a isso o fato de a carência de valores nas instituições transformar a estrutura da sociedade em um turbilhão de problemas, refletindo-se negativamente no comportamento ético e moral das pessoas e, ainda, denegrindo os valores familiares tradicionais.

Surge, então, uma reflexão sobre a importância de o ser humano aplicar a ética e exercer a moral em suas ações com o propósito de resgatar os valores ora esquecidos pela sociedade. Assim, independentemente de sua necessidade material ou emocional, o homem deve basear as suas ações e direcionar o seu pensamento de forma a corrigir atitudes e buscar o bem comum.

No Brasil, as mudanças e transformações foram fundamentais na busca da identidade nacional, no fortalecimento da sociedade e no desenvolvimento do País. No entanto, ao esquecer os pilares essenciais do tradicional, grande parte das famílias e das instituições mergulhou em uma crise ética e moral sem precedentes.

Durante a República Velha, período marcado pelo coronelismo e por fraudes eleitorais, Rui Barbosa analisou a crise social e institucional que àquela época já era visível no Brasil. Durante a sua campanha civilista de 1909 – 1910, escreveu:

> A *republica* está doente, arruinada, *sinão* perdida, na sua moralidade. O que lhe falta, são homens, que a queiram *adoptar*, sem a explorar. O que a mata, é a sua *absorpção* no domínio das vontades, que só a professam para a corromper. Trata-se de uma *fallencia* geral nas condições da vida civilizada. Esta perdura unicamente nas condições da sua materialidade. Mas tudo o que em realidade a *constitue*, mingua rapidamente, e *desapparece*: a sinceridade, a lealdade, a honestidade; a coragem e a devoção, o trabalho e o estudo, o pudor e o brio. Sem essas forças, que o animem e preservem, o alimentem e o depurem, não *ha systema* de governo, que se salve, nem *siquer* pôde haver *systema* de governo, que se estabeleça (NERY, 1931, p.137).

Sobre a verdadeira crise, esse estadista conclui que as crises nos diversos campos do poder são reflexos da crise moral.

> Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando, e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise *econcmica*, a crise financeira, não vêm a ser mais do que *symptomas*, exteriorizações *parciaes*, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise; a crise moral...Só uma crise *insondavel* na moralidade geral da nação poderia improvisar *taes* resultados. Essa crise *ahi* está, com todos os elementos de uma decomposição social: a incapacidade e o despejo; a

> corrupção e a *ypocrisia*; a subserviência e a bajulação; a dilapidação e a venalidade. (NERY, 1931, p.138)

Na análise de Rui Barbosa, a ausência de valores éticos e morais no País ultrapassou o século XX e se alastrou como um câncer na sociedade brasileira. Assim, tal qual uma ferida que se alastra sem chance de defesa, esta falência de valores surge como uma metástase alimentada pelas redes sociais e pelas mídias, divulgando novos episódios de corrupção no País e expondo, cada vez mais, a sociedade aos efeitos da doença.

Em nossa sociedade, mesmo que as instituições não tenham um “código de ética” por escrito, que definam as normas e as condutas a seguir, sempre haverá uma ética aplicada ao desempenho de suas atividades. Para isso, é importante que as instituições invistam na formação pessoal de seus integrantes, de modo a desenvolver a cidadania e o bem-estar do grupo, a fim de promover a capacidade de respeitar e ajudar ao próximo e assumir um compromisso ético

No entanto, como reflexo de uma crise ética e moral em um cenário de desafios e de incertezas de toda ordem, as instituições, antes baluartes de exemplos e de bons costumes, têm sido vítimas do mau comportamento de seus integrantes.

As ações midiáticas e a velocidade das informações potencializam as questões sociais e aumentam a crise nos campos do poder, acarretando mudanças drásticas no comportamento do indivíduo e comprometendo as famílias e as instituições.

No cenário de mudanças comportamentais e de incertezas relacionadas ao desenvolvimento humano, insere-se o Exército Brasileiro (EB), instituição secular e baluarte de conduta ética e moral no seio da sociedade brasileira, características que induzem ao seu estudo mais apurado.

Os militares, também envoltos no “caos social” que assola a Nação, sempre têm pautado, com raríssimas exceções, suas ações nos preceitos da ética, da moral, dos valores e dos bons costumes, fatores que, reforçados pela hierarquia e pela disciplina, moldam e direcionam os destinos da Força Terrestre (F Ter) no cumprimento de suas missões institucionais.

A ética militar, associada aos deveres, valores militares e tradições, é trabalhada em diversas escolas militares no mundo, onde são abordadas questões morais relacionadas com a profissão militar, a lealdade, a correção de atitudes, a guerra justa, dentre outras.

No “*Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares" (Portaria no 156/Cmt Ex, de 23 Abr 02), está descrito:

> A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria.
> Esta peculiaridade dos militares os conduz a valorizar certos princípios que lhes são imprescindíveis. Valores, Deveres e Ética Militares são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objetivos individuais e institucionais.

Assim, vislumbrando o cenário do século XXI, em que os militares do Exército Brasileiro estão inseridos em vários níveis de nossa sociedade, e o papel ético, moral e constitucional da F Ter, é lícito supor que a manutenção dos aspectos referentes a moral, ética e valores militares são fundamentais para a continuação da credibilidade do povo brasileiro na Instituição e no legado deixado pelos próceres e heróis do passado.

Tendo em vista que o sucesso ou o fracasso em uma operação militar, seja ela em tempo de paz ou de guerra, podem estar relacionados com o comportamento dos seus integrantes durante a ação, este trabalho procura identificar, com ênfase nas questões éticas e morais, alguns óbices com potencial de comprometer a imagem da Força Terrestre, no contexto da relação homem x instituição.

A problemática que orientou a pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho focou os riscos que o Exército Brasileiro pode sofrer em decorrência de os seus integrantes fazerem parte dos vários níveis das classes sociais do País, em que grande parcela da população atravessa uma crise de valores éticos e morais.

Assim sendo, a hipótese do trabalho baseia-se no fato de que as ações de cunho comportamental, desenvolvidas em todos os escalões do EB, contribuem para que as atitudes dos militares sejam sempre pautadas nos princípios éticos e nos valores morais, com ênfase nas crenças e nas tradições da Instituição, de modo a superar os desafios diários que comprometem os valores da sociedade brasileira.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo geral apresentar os principais desafios que o EB poderá enfrentar diante do desvirtuamento de valores éticos e morais que vem assolando a sociedade brasileira.

Para alcançar o objetivo geral ora proposto, o trabalho pretende concentrar esforços sobre os seguintes objetivos intermediários:

a. conhecer os preceitos universais e filosóficos dos principais autores pensadores, autores acerca da ética e dos valores universais;

b. identificar o processo de degradação dos valores éticos e morais na sociedade brasileira;

c. apresentar o pensamento da Força Terrestre acerca da ética e dos valores militares; e

d. identificar os óbices que se apresentam ao Exército Brasileiro na garantia da preservação dos valores militares e da ética no âmbito da Força Terrestre.

Orientando-se pela Taxionomia de Vergara (2009) e considerando-se os objetivos da pesquisa, este trabalho será realizado seguindo uma proposta metodológica com base em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e natureza teórica-descritiva. A opção por esta metodologia permitiu, com maior exatidão, emitir as conclusões acerca dos desafios a serem enfrentados pela Força Terrestre para preservar a ética, a moral e os valores militares em suas ações, diante de uma vida de sacrifícios e de desafios colocados à prova e do convívio com uma sociedade parcialmente desprovida de valores essenciais à própria existência.

A delimitação do estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) decorre de um raciocínio lógico que atingirá todos os objetivos propostos. Assim, em um primeiro momento, buscar-se-á estudar alguns postulados filosóficos segundo uma abordagem eminentemente atual, de modo a embasar todo o trabalho e fundamentar a conclusão da pesquisa.

Em seguida, será apresentada a evolução da crise de valores no País, destacando-se as principais causas e os reflexos para o futuro da sociedade brasileira.

Em uma terceira fase, procurar-se-á compreender a importância da ética, da moral e dos valores militares para a Instituição, em um contexto social afetado pela corrupção e pela falência de conceitos éticos e morais de toda ordem.

Por último, na conclusão do trabalho, serão apresentados os principais desafios impostos à Força Terrestre, de modo a sobrepujá-los e não comprometer a ética e os valores militares, preservando-se a imagem da Instituição.

Considera-se o assunto em questão relevante, uma vez que as ações da Instituição estarão sempre pautadas nos pressupostos éticos e morais, com ênfase nos valores militares, no culto às tradições castrenses e na manutenção do grau de confiabilidade adquirido pelas Forças Armadas (FA) junto à população brasileira.

Desta forma, pode-se justificar o presente estudo uma vez que os pressupostos acima fortalecem e projetam o Exército Brasileiro, mantendo a Instituição confiante, íntegra, coesa e respeitada pela população, a despeito do quadro social de desvios que o País atravessa.

Por último, ressalta-se que este trabalho não pretende esgotar o assunto em tela, mas servir de instrumento inicial para reflexão e discussão sobre o tema, uma vez que o cenário de deturpações sociais que está afetando as famílias brasileiras fatalmente contribuirá para manchar o futuro da Nação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FUNDAMENTOS SOBRE ÉTICA E MORAL

2.1.1 Generalidades

Desde as antigas civilizações, o comportamento do homem vem sendo estudado. Os sofistas, que eram professores na Grécia Antiga e em Roma, já demonstravam uma preocupação com o comportamento do indivíduo e da coletividade. Para os mestres da retórica e da oratória, as normas e regras somente poderiam ser aplicadas em algumas situações, não sendo, portanto, universais nem baseadas na razão. Ao contrário, o filósofo Sócrates dizia que na essência da alma humana estavam os fundamentos da moral, sem a necessidade de normas ou regras, mas apenas da razão.

De modo semelhante a Sócrates, Platão desenvolveu o seu pensamento, mas fazendo distinção entre corpo e alma. Segundo ele, o corpo, por ser dotado de sentimentos e emoções, poderia desviar o homem do bem e direcioná-lo para o mau. Desta forma, para Platão um bom cidadão é o indivíduo que age de maneira ética.

As crenças e práticas éticas e morais, por muito tempo, foram baseadas nos livros sagrados. O Alcorão e a Bíblia, por exemplo, ditaram normas como um código de ética e de conduta a ser seguido pelos religiosos, em troca de alguma recompensa divina ou castigo.

Somente com o Iluminismo, as escrituras e a fé em um Ser superior começaram a declinar-se diante das proposições de cientistas e pensadores da época. Nietzsche chamou esta fase de “morte de Deus”, dando início a novos conceitos sobre o tema.

Mas, como seriam punidos aqueles que deixassem de seguir fielmente os preceitos previstos nas Escrituras? Uma explicação seria dada na Teoria do Contrato Social, de Thomas Hobbes, que dizia que as pessoas podem conviver

entre si desde que existam regras que possibilitem esta convivência, de modo a buscar a moralidade em uma sociedade.

Na formação da identidade dos povos, a ética e a moral sempre estiveram presentes. Pode-se dizer que a ética insere-se no contexto das leis ideais do ser humano para o exercício do bem.

Já a moral é uma postura prática, com o objetivo do bem comum de uma coletividade, por intermédio de boas ações, sem a necessidade de haver leis ou regras.

Assim, os conceitos acerca do agir e do pensar do homem ultrapassaram as gerações e moldaram comportamentos e costumes, resultando nos valores e nas tradições dos povos.

Nos dias de hoje, mesmo diante da importância de resgatar o comportamento ético e a postura moral, a fim de direcionar condutas e corrigir comportamentos, identifica-se que a sociedade continua inerte a essas ações, com reflexos negativos no agir de pessoas e instituições.

Sob este enfoque, verifica-se que muitas pessoas e instituições agem em função de suas necessidades, sem a preocupação e o respeito ao espaço e à necessidade do próximo. Desta forma, surge uma lacuna entre a atitude humana e o cumprimento dos preceitos éticos e morais que deveriam nortear uma coletividade.

No Exército Brasileiro, moral, ética, valores e tradições militares são imprescindíveis para a manutenção de uma Instituição forte, coesa e com respaldo junto à população. Lado a lado com os princípios basilares da hierarquia e da disciplina, o comportamento do militar deve sempre estar pautado na ética e na moral, o que tem refletido no alto índice de credibilidade das Forças Armadas.

Diante do exposto, este capítulo apresenta conceitos e teorias acerca do tema, que servirão como base para o desenvolvimento do trabalho. Neste sentido, foram abordados alguns conceitos filosóficos sobre ética e moral e, também, um enfoque sobre os valores militares do EB, de modo a buscar a fundamentação necessária à consecução dos objetivos.

2.1.2 Definição da palavra ética

Os termos ética e moral estão no cotidiano das pessoas, sendo comum o uso dessas palavras como sinônimos. Apesar de a palavra moral vir do Latim e, ética, do Grego, os termos se assemelham e significam costume, caráter, índole e natureza.

Do grego *ethos*, a concepção da palavra ética pode significar morada, refúgio ou o lugar onde a pessoa mora. Na filosofia, o termo significa caráter, índole, modo de ser e agir.

Segundo a etmologia filosófica da palavra *ethos,* considera-se, no cotidiano, que a ética está relacionada com o comportamento humano e com os costumes considerados corretos em uma sociedade. É o estudo dos costumes e do comportamento humano considerados corretos.

Assim, ter ética é ser correto nas ações, no comportamento e nas atitudes, independentemente de estarem escritas ou normatizadas em uma coletividade. Do mesmo modo, ser ético é agir corretamente e estar de bem com a consciência pessoal, refletindo positivamente no comportamento do seu grupo ou da sua instituição.

2.1.3 Definição da palavra moral

Do Latim *morales*, a palavra moral está relacionada aos costumes, podendo ser de uma pessoa, de um grupo ou de uma instituição. Significa aquilo que se moldou no tempo e se consolidou como sendo verdadeiro para uma sociedade, independentemente de estar eticamente correto.

Assim sendo, o que pode ser considerado moral para uma civilização pode não ser verdadeiro para outra. Tudo está relacionado aos costumes, tradições e valores adquiridos durante a formação da identidade de um povo.

É plausível entender que alguns valores morais podem ser questionados pela ética, dependendo do local e do tempo em que forem considerados, de modo que o julgamento sobre o que é certo ou errado segundo o aspecto moral depende do lugar onde se está e da sociedade em que se insere.

Os valores morais se consolidam pelo tempo, ultrapassando gerações, sendo transmitidos por convívio em sociedade, educação, meios de comunicação e cultura das gerações.

Em uma sociedade cada vez menos comprometida com os aspectos morais, cresce de importância o resgate dos seus verdadeiros valores, de modo a minimizar os danos sociais que podem afetar o País.

Desta forma, enquanto a ética engloba o tipo de comportamento, seja ele certo ou errado, cabe à moral estabelecer as regras de comportamento a serem seguidas pela sociedade.

Segundo a Agência Brasil, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), método mais utilizado na medição de corrupção das nações do mundo, o Brasil passou de 79º lugar para 96º em 2018. O índice foi divulgado no mês de fevereiro, simultaneamente em todo o mundo, pela Transparência Internacional, considerada a principal entidade na luta contra a corrupção no mundo.

Considerando-se que uma parcela da população encontra-se envolta com aspectos relacionados com a corrupção, quais sejam, o descumprimento de leis, a violência e a falta de valores, dentre outros, o resgate dos postulados éticos e morais torna-se uma questão fundamental e necessária, na busca de soluções para o desvirtuamento das atitudes e do pensamento das pessoas.

2.2 TEORIAS SOBRE ÉTICA E MORAL

Nos primórdios do pensamento filosófico, a ética buscava um fundamento teórico para encontrar um melhor estilo de convivência pública e privada. Sem se resumir à moral, a ética englobava vários campos do conhecimento relacionados com o estilo de viver e de pensar, tais como antropologia, economia, psicologia e sociologia dentre outros.

Assim, vários pensadores e filósofos destacaram-se em seus estudos a partir da fundamentação das teorias acerca do comportamento humano, da ética, da moral e dos valores da sociedade.

2.2.1 Filosofia Moral de Michel Montaigne

O filósofo Michel Montaigne viveu no século XVI, tendo se destacado pela profundidade de seus estudos relacionados à ética, contrapondo-se aos conceitos tradicionais e consagrados à época.

Segundo este filósofo, a moral pode se apresentar sob duas vertentes. A primeira, chamada de moral social, refere-se aos costumes sociais e à relação entre as pessoas. Neste caso, desde que os costumes e as normas do grupo sejam obedecidos, há liberdade para que o homem possa agir e pensar. Esta normatização torna-se primordial, mesmo que, em algumas situações, não sejam justas ou firam os preceitos dos bons costumes. No enfoque da moral social, há, também, a necessidade de existirem instituições fortes e estáveis, de modo que as normas e regras sejam seguidas por todas as entidades, para moldar o homem às regras.

A segunda vertente do pensamento de Montaigne, chamada de moral pessoal, pode ser considerada de grande influência nos dias de hoje. Ela volta-se para a relação do indivíduo com ele mesmo, de modo a ter a liberdade interior de agir segundo as normas e regras vigentes.

Montaigne refere-se à moral pessoal como a ética da verdade interior do homem, independentemente do local ou das influências do mundo exterior. Assim, o homem age de acordo com aquilo em que ele verdadeiramente acredita, sem se preocupar com as interferências externas e sempre obedecendo às regras e normas.

No entanto, após aprofundar o seu trabalho, este filósofo deixou de seguir a ética da verdade interior, considerando que se tratava de uma ética grosseira:

> A descrição de si, se assim se quer, também é sempre criação de si. O ideal da sinceridade, pelo menos se ele é concebido como a rigorosa distinção entre o que se é e o que se quer ser é, na verdade, muito grosseiro para governar nossa relação conosco. (LARMORE apud CANTO-SPERBER, 2003, p.194).

A assertiva acima mostra que, independente da sinceridade interior, mesmo que a ação seja de acordo com aquilo em que o indivíduo verdadeiramente acredita, a realidade e a crença no que ele realmente quer ser irão mudar o pensamento e o comportamento das pessoas.

Assim, para Montaigne, há necessidade de existir instituições fortes, de modo que a liberdade de pensamento interior do homem se molde às regras do meio em que vive.

No Brasil, verifica-se que a lacuna entre o comportamento das pessoas e os princípios éticos e morais tem corroído a estrutura das instituições, enfraquecendo a sua funcionalidade, desacreditando os seus valores e refletindo-se no comportamento das pessoas.

2.2.2 Fundamento da Moral Kantiana

O físico e matemático Immanuel Kant viveu no século XVIII, sendo considerado um dos maiores filósofos da era moderna. Desenvolveu uma filosofia moral em que, segundo ele, a razão é a única fonte de todo o valor moral do ser humano.

Kant recebeu de Jean-Jacques Rousseau a ideia de que todos os seres humanos são capazes de distinguir o bem do mal, devendo agir conforme a sua razão, independentemente de estarem realizando boas ou más ações. Além disso, herdou, também, do Iluminismo a ideia de que a razão distingue o ser humano do animal, conferindo ao homem a capacidade de pensar por si mesmo, sem influências externas, alinhando-se à moral pessoal de Montaigne, como a ética da verdade interior.

Em seus estudos, Kant concluiu, ainda, que a liberdade é servir-se de sua própria razão, com o objetivo de transformar a boa vontade no dever e na condição de toda a moralidade, ou seja, uma pessoa age com boa vontade quando faz as coisas como um dever ou uma obrigação moral, desde que seja obedecido um conjunto de regras já fundamentadas.

Dos estudos de Immanuel Kant, surge o “Imperativo Categórico” como um dos principais conceitos da filosofia kantiana. Quando se fala em imperativo, vem à tona a ideia de lei, de mandamento ou de ordem, enquanto que o termo categórico pode-se associar à noção de clareza, objetividade e fim.

A ideia de criar um Imperativo Categórico vem da necessidade de se criar uma ética que fosse universal, independentemente da crença ou da religião. Assim, em uma coletividade, as pessoas devem agir de acordo com princípios que acreditam serem benéficos, independentemente da finalidade da ação. Neste

enfoque, surgem três enunciados deste imperativo: a Lei Universal, o Fim em Si Mesmo e o Legislador Universal.

Pela Lei Universal, o indivíduo deve agir de modo que a sua ação transforme-se em uma lei universal. Esta transformação dar-se-á por intermédio da força de sua vontade em impor a sua ação, de modo que as suas ideias possam ser obedecidas e respeitadas por todos, independentemente de haver uma legislação específica, evitando-se o sentimento egoísta de exceção à regra.

Pelo enunciado do Fim em Si Mesmo, o próprio indivíduo deve ser o fim e não o meio de suas ações, o que fará com que suas atitudes sejam conscientes, uma vez que sempre trará consequências ao seu autor.

Por último, o enunciado do Legislador Universal indica que a pessoa deve agir de modo que a sua motivação possa ser vista como um legislador no reino universal dos fins. Assim, não é necessário haver leis ou regras externas para que o ser humano conheça o seu dever, devendo as suas ações serem motivadas por objetivos universais.

Desta forma, conforme o pensamento kantiano, o dever moral está relacionado com a boa vontade de agir das pessoas, obedecendo regras fundamentadas, mas não concretas, e segundo um princípio universal e comum a todos.

Atualmente, apesar de ter relação com a boa vontade de agir, de Kant, verifica-se no cotidiano humano que o cumprimento do dever está relacionado à obediência às leis, fazendo com que a consciência no agir de maneira correta dê lugar ao receio das punições, no caso de descumprimento das normas.

No entanto, observa-se que o comportamento da sociedade baseia-se no fato de que os indivíduos não agem por respeito às leis, mas pela necessidade de se manterem dentro dos padrões comportamentais e para não serem punidos. Assim, o indivíduo vai de encontro à sua própria razão, pois não age com boa vontade nem com consciência ou como uma obrigação moral, condição de todo o pensamento kantiano.

2.2.3 Moral dos Costumes de Nietzsche

O alemão Friedrich Nietzsche, considerado o mais radical pensador contemporâneo, viveu na segunda metade do Séc XIX. Foi conhecido e notável pela sua ruptura com quaisquer interpretações histórico-teológicas sobre ética e moral, desacreditando as ideias filosóficas dos pensadores Hegel, Kant e Leibniz.

Dentre os pensamentos filosóficos de Nietzsche, destaca-se a "moralidade dos costumes" que, conforme Raynaud (2003), encerra um vínculo entre moral, respeito, lei e tradição consagrados e ensinados ao homem, por intermédio das gerações. Desta forma, a moralidade seria uma obediência aos costumes de uma sociedade, tendo, no tradicional, a maneira de agir e de avaliar e, no costume, o indiscutível e único.

Para o pensador, a moralidade estaria, ainda, vinculada à liberdade de pensar do indivíduo e de sua coletividade, obedecendo aos costumes e tradições, sem preocupar-se com a razão.

> A moralidade não é outra coisa (e logo, antes de tudo, não é mais que) senão a obediência aos costumes, qualquer que seja o gênero destes; ora, os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar. O progresso da liberdade... só pode então gerar uma baixa da moralidade, já que ele enfraquece a tradição: aí onde a tradição não manda, não existe moralidade, e quanto menos a existência é determinada pela tradição, menor é o círculo da moralidade. O homem livre é imoral, pois em todas as coisas ele quer depender dele mesmo, e não de um costume estabelecido, de uma tradição. (RAYNAUD apud CANTO-SPERBER, 2003, p.242).

Dessa forma, Nietzsche quis mostrar que ter moral significa obedecer às tradições, aos costumes e às regras estabelecidas em uma coletividade, além de ter obediência à autoridade.

No entanto, o trabalho de Nietzsche sofreu críticas, sendo questionado o fato de que, sendo a moralidade dos costumes o resultado do ato de preservação de um grupo, seus atos não poderiam ser julgados por outros grupos.

Muitas questões permaneceram indefinidas, tendo sido encontradas respostas a outros questionamentos no trabalho conhecido como "Espíritos Livres", que foi a balança do radicalismo da tradição, colocado pelo filósofo como o único em que o grupo deveria obediência, resultando no início de uma espécie de libertação ao tradicionalismo.

> É chamado de espírito livre aquele que pensa de modo diverso do que se esperaria, com base em sua procedência, seu meio, sua posição e função, ou com base nas opiniões que predominam em seu tempo. [...] De resto,

> não é próprio da essência do espírito livre ter opiniões mais corretas, mas sim ter se liberado da tradição, com felicidade ou com um fracasso. Normalmente, porém, ele terá ao seu lado a verdade, ou pelo menos o espírito de busca da verdade: ele exige razões; os outros, fé. (NIETZSCHE apud EXÉRCITO BRASILEIRO, 2011, p.71).

O espírito livre nasce a partir das críticas à filosofia tradicional. Assim, a pessoa poderá viajar de um espaço para outro sem as amarras da metafísica e da religião, por viver livre, na medida em que utiliza a ciência como meio de se libertar do tradicionalismo e da servidão humana, que ele mesmo construiu. O espírito é livre para desconfiar das certezas que o homem construiu com base nos velhos valores tradicionais e que foram fundamentais na formação do pensamento humano.

O caráter absoluto que reveste os costumes estabelece um obstáculo a novos pensamentos morais, sendo que o tradicional define que a pessoa deve obediência à autoridade superior, independentemente de esta tradição ser útil ou não. Desta forma, prevalece o poder de mando como o princípio de toda a moralidade, deixando de lado a individualidade que cada um possui de agir livremente.

2.2.4 Pensamento de Aristóteles

Aristóteles dominou o pensamento europeu a partir do século XII, sendo considerado, por alguns autores, fundador da ética.

Compondo com Sócrates e Platão, fundou a filosofia ocidental e analisou a maneira de agir do homem, tendo como princípio o fato de que todo o objetivo do conhecimento e a finalidade de toda ação das pessoas é o bem.

Acerca do bem e do comportamento, ressalta-se a Ética Nicomaqueia, provavelmente expressão dedicada ao seu filho Nicômano, constituindo mais importante texto desse pensador.

> Toda arte e todo saber, assim como tudo que fazemos e escolhemos, parece visar algum bem. Por isso, foi dito, com razão, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem, mas há uma diferença entre os fins: alguns são atividades, ao passo que outros são produtos à parte das atividades que os produzem. (Aristóteles, Ética a Nicômano, 1094a 1 -5).

Ao contrário de Platão, que considerava os conhecimentos sobre a ciência e a metafísica como um pré-requisito para um entendimento do bem, para Aristóteles, o viver bem necessita de uma adequação dos bens de cada um, tais como a amizade, a virtude, a honra e a riqueza no contexto do todo. Desta forma, a busca diária pelo bem ocorre por intermédio de bons hábitos e de uma educação que não podem ser adquiridos apenas ao aprender as regras gerais, mas pela prática constante do bem em todas as nossas ações.

Aristóteles afirma que a vida intelectual, quando comparada à vida política e à vida baseada em prazeres sensoriais, deve complementar as ações, de modo a proporcionar mais alegria e conhecimento ao ser humano.

Em relação à ética, o bem conduz a um viver em sociedade e coletividade. Neste sentido, a felicidade é considerada o bem de todos os indivíduos e uma “obra de uma vida inteira”, conquistada a cada dia.

Assim, para Aristóteles a ética está relacionada com a busca pelo bem, que é obtido por intermédio de nossas ações no dia a dia, pelos bons hábitos e por uma educação adequada.

Atualmente, verifica-se um abismo ético no comportamento da sociedade brasileira, uma vez que parte dela não possui uma educação adequada nem pratica boas ações no dia a dia, refletindo-se negativamente na maneira de agir e pensar de uma coletividade.

2.2.5 Pensamento de Santo Tomás de Aquino

Santo Tomás de Aquino viveu entre os anos de 1225 e 1274 e sempre teve preocupação com a evolução e a elaboração dos dogmas cristãos. Assim, foi o mais importante pensador clássico da Teologia e considerado o pai do “tomismo”, que é a filosofia que concilia o pensamento de Aristóteles com o Cristianismo.

Ao contrário de muitos pensadores da época, Tomás de Aquino seguiu as ideias de Aristóteles, buscando, por intermédio de sua fé cristã, a compreensão da revelação do Cristianismo e a preocupação com as questões morais e éticas, pautando os seus estudos na religião cristã.

Em sua obra *De Maio*, o filósofo refletiu sobre a origem e natureza do mal, em cujo pensamento ficou registrado e definido que o mal moral era um pecado capital. Assim, ao estudar a moralidade, considerou o objeto, as circunstâncias e o fim.

> Somente o ato humano é formalmente objeto de moralidade e ele só é moralmente bom na medida em que é conforme a regra da razão, visto que, no fim, é a ela que cabe ordenar judiciosamente. É, portanto, sua relação com a regra da moralidade que fará de um objeto qualquer o objeto de um ato bom ou mau, e isso não tem nenhuma relação com sua integridade física. Eu posso praticar um ato perfeitamente bem sucedido na aparência e, todavia, cometer uma má ação. As circunstâncias também só são objetos de moralidade na medida em que ajudam, impedem, exprimem etc. a realização de um ato moralmente bom. (TORREL, 2003, p.709).

Na análise de Tomás de Aquino, a causa e o resultado de uma ação não podem estar voltados para os desejos individualistas e sim para as necessidades coletivas. Desta forma, para o pensador, a cobiça cede o lugar de uma amizade ao amor de uma amizade, em que o homem, sem interesses pessoais, ama muito mais ao próximo do que a si mesmo. Assim, uma amizade formada sem interesses pessoais torna-se o fundamento da obrigação e da atitude moral.

Diante do surgimento do mundo material e dos objetos em torno do indivíduo, a moralidade é medida como uma regra da razão, sendo a “lei eterna” que define o que é moralidade. Sendo assim, conclui-se que o bem está diretamente relacionado com a obrigação moral, enquanto que o mal é tudo o que se afasta desta obrigação.

> Sendo isso a "lei eterna", é fácil compreender que o bem é tudo o que responde a essa ordenação e a ela se conforma, ao passo que o mal é tudo o que dela se afasta. É ainda isso que permite compreender a natureza própria da obrigação moral: longe de resultar da intervenção de uma lei que se impõe à liberdade do exterior, a obrigação moral propriamente dita é anterior e superior a todas as formulações que a concretizam. Mesmo que a lei positiva (divina ou humana) exprima a obrigação e que ela desempenhe dessa forma um papel educador que não se pode ignorar, a obrigação nasce inicialmente dessa relação fundamental com o bem. (TORREL, 2003, p.709).

Ainda, para este filósofo, o ato do homem é moralmente bom quando ocorrer em conformidade com a regra da razão e sem relação com a aparência da ação, sendo que, diante do mundo material, será a razão que constituirá a medida da moralidade.

Uma atenção especial foi dada ao estudo acerca do modo de agir do indivíduo. Segundo Tomás de Aquino, o agir refere-se à tentação que Satanás

confere ao homem para realizar o mal. Por outro lado, refere-se ao próprio Deus, contrapondo-se a Satanás, no sentido de que Deus concede ao homem energias para agir de maneira diferente, ao se deparar com situações que vão de encontro aos preceitos éticos e morais.

Como ferramenta para a vida em grupo, Tomás de Aquino percebeu o único instrumento para se viver bem em sociedade é com a existência de leis. Somente as leis podem aproximar e uniformizar comportamentos, contribuindo para a união, a solidariedade e o respeito recíproco entre os membros de um grupo. Assim, a ação do homem passa a ter um padrão, de modo que todos consigam agir sem ferir o próximo e sendo respeitados pelo grupo, desde que essa ação seja voltada para o bem.

Desta forma, Tomás de Aquino definiu que o agir obedece aos princípios da razão do homem e é regulado pela lei eterna da doutrina cristã, transformando-se no único instrumento para direcionar as ações, de modo que todos possam praticar o bem e viver em sociedade.

Apesar das semelhanças e divergências entre os pensamentos filosóficos, pode-se inferir que a moral pode sintetizar as ações, os sentimentos, as condutas e os comportamentos que são modelados por determinadas instituições, tais como a família, a religião, a classe social, a escola, o trabalho, a formação política, dentre outras, que formam as características de comportamento que são inseridas no indivíduo. Estas características aos poucos são inseridas nas pessoas por intermédio dos hábitos cotidianos, tornando-se, com o passar do tempo, espontâneos, naturais e inerentes à percepção, fazendo com que as pessoas passem a enxergar o mundo por intermédio das características de comportamento adquiridas.

Quanto à ética, pode-se concluir que é uma reflexão que interpreta, discute ou problematiza o significado dos valores morais. É um princípio norteador e reflexivo que indica como a pessoa deve agir, ou seja, a ética se transforma em um princípio relacionado à prática moral, que é construída culturalmente ou em determinado período da História.

2.3 A CRISE DE VALORES NO BRASIL

2.3.1 Generalidades

A carência de culto aos valores éticos e morais é uma realidade social no Brasil. O dilema em decidir entre uma situação vantajosa, mas ilícita, e o agir dentro da lei, respeitando-se os valores mais elementares do viver em sociedade, deixou de ser um fator de dúvida para grande parte dos cidadãos. Assim, opta-se pela facilidade e pelo comodismo, deixando de lado o respeito, a obediência e o culto à ética e à moral.

Nos dias de hoje, a falência de valores de toda ordem está presente em boa parte da população, das instituições públicas e do setor privado, gerando consequências negativas para os demais segmentos da sociedade, conforme análise de Leite (2014, p. 09):

> A ética não é apenas uma teorização do agir, da moral, ela é uma prática que está vinculada diretamente à ação humana na sociedade. Logo, ela evidenciada em contextos diferentes na sociedade, como por exemplo, no político, no social, no econômico e no educacional. Assim contribui de uma forma abrangente no que se requer a uma perspectiva coletiva e não puramente individual.

A crise de valores no Brasil é tão antiga quanto a história do País. As raízes desta crise, que consome e destrói a Nação nos dias atuais, pode estar relacionada com a colonização, já que foi nos primórdios da ocupação territorial brasileira que os primeiros indícios de ausência de valores e de corrupção afloraram.

O povo brasileiro, constituído, inicialmente, por brancos, negros e índios, carrega em sua cultura peculiaridades que influenciaram o processo de formação ética e moral da sociedade, resultado dos ensinamentos naturais colhidos desde o berço de sua colonização.

2.3.2 A crise de valores no Período Colonial

Os primeiros indícios de que uma crise de valores poderia influenciar a formação do povo brasileiro datam do século XVI, quando as primeiras práticas de corrupção foram estabelecidas pelos colonizadores durante a exploração do litoral do Brasil. Naquela época, o interesse da Coroa Portuguesa estava voltado para a atividade extrativista e, por interessar-se apenas pelo enriquecimento da Metrópole e das pessoas que colaboravam para este fato, os desvios de conduta passaram a fazer parte de todo o processo de extração das riquezas (HABIB, 1994).

Diferentemente da colonização de ocupação que ocorreu nos Estados Unidos, a colonização do território brasileiro foi exploratória. Neste contexto, Habib (1994, p.11) mostra uma imagem negativa sobre o interesse de Portugal pelo Brasil:

> Ao contrário do que ocorreu em outras colonizações, no caso específico do Brasil, os colonizadores não se preocuparam em construir o estofo moral do povo, muito menos não se preocuparam com o seu destino, enquanto nação. Desejavam, isto sim, extrair o máximo de suas riquezas, a ponto de D. João VI dizer que o Brasil "era a vaca leiteira de Portugal.

No período pré-colonial, entre 1500 e 1530, Portugal procurou explorar o pau-brasil, principal riqueza da Ilha de Vera Cruz, que era retirado, descontroladamente, da mata atlântica e enviado a Portugal para ser comercializado. Mas, diante da dificuldade da Coroa em conseguir pretendentes para explorar e colonizar um território desconhecido e selvagem, a concessão de cargos e regalias, tais como prestígio e vantagem financeira, foi moeda de troca que Portugal encontrou para explorar a Colônia e garantir o seu domínio.

Desta forma, surgiam os primeiros indícios de desvio de conduta e de favorecimento ilícito no território brasileiro, traduzidos pela palavra corrupção que, segundo o dicionário Aurélio, significa depravação, suborno, sedução ou alteração voltada para o benefício próprio, por intermédio da execução de atividades ilícitas, que ferem os valores éticos e morais (FERREIRA, 1998).

A partir de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Souza, inicia-se a ocupação do território brasileiro e, com o aumento da importância da Colônia para Portugal, outras expedições chegaram ao Brasil, formada por portugueses brancos, com o objetivo de povoar e colonizar o Novo Continente.

Parte das expedições era formada por degredados, considerados a escória da sociedade lusitana na época. A prática do degredo foi largamente utilizada como pena durante a Idade Moderna. Segundo estudos, no século XVII, 79% dos

criminosos portugueses foram condenados à pena em terras além-mar, enquanto que no século XVIII foram somente 13% (PIERONI, 2000).

Para Portugal, o degredo significou não só a expulsão e a marginalização de perturbadores da ordem, mas também uma política de transferência populacional, pautada no aproveitamento como mão de obra não especializada, colocada a serviço da Coroa. Dentre os degredados, havia ladrões, prostitutas, assassinos, desertores e prisioneiros condenados, que foram enviados ao Brasil para povoar o território, sob a ótica do receio de Portugal em perder o domínio exploratório na nova Colônia.

Assim, juntamente com donatários e trabalhadores, os degredados chegaram ao Brasil para colonizar e ocupar o território, com as mesmas ideias, formação moral e cultura que os deixaram marginalizados da sociedade portuguesa.

Conforme nas palavras de Costa (COSTA, 1956, p.83):

> Sabemos que a política do degredo para o Brasil atuou com *persistência*, e muitos foram os que dessa forma apartaram na colônia portuguesa da América. Com o primeiro governador geral Tomé de Souza vieram 600 degredados e, em certas ocasiões, como a população da colônia era muito escassa, a sua proporção pesava no total. Em algumas capitanias hereditárias tão grandes chegou a ser a proporção de degredados que, em 1549, em sua viagem de inspeção ao sul, o ouvidor geral Pedro Borges teve de determinar, em Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente que nenhum degredado pudesse servir nos ofícios da própria justiça.

Do mesmo modo, em uma célebre carta, datada de 1546, Duarte Coelho registra os desvios de conduta e de má formação de caráter de portugueses que chegaram com as expedições (COSTA, 1956, p.97):

> (...) conta a V. A. acerca dos degredados e isto, Senhor, digo por mim e por minhas terras e por quão pouco serviço de Deus e de V. A. é de bem e aumento desta Nova Lusitânia mandar que tais degradados como de três anos para que me mandam, porque certifico a V. A. e lhe juro pela hora da morte que nenhum fruto nem bem fazem na terra mas muito mal e dano e por sua causa se fazem cada dia males e temos perdido crédito que até aqui tínhamos com os índios...torno a pedir a V. A. que tal gente que não mande e que me faça mercê de mandar as suas justiças que os não meta por força nos navios que para minhas terras vierem porque é senhor, deitarem-me a prender.

Assim, pode-se verificar que, durante o período colonial, a formação moral e ética dos degredados que chegaram ao Brasil, foi, aos poucos, disseminada na sociedade da época, moldando caráter e formando pensamentos. Do mesmo modo,

tornou-se comum o pagamento de propina e de benefícios a funcionários e governantes que utilizavam de suas posições para favorecimento próprio e de membros de suas famílias. Tais práticas foram difundidas na Colônia e, juntamente com a corrupção generalizada nos altos cargos, tornou-se uma praxe considerada normal pelas autoridades da época, transformando-se em um dos principais ingredientes da formação ética e moral do povo brasileiro.

Habib (1994, p.09) cita algumas práticas de corrupção no Brasil colonial:

> Era costumeiro, também, nesta fase, as trocas de favores, o tráfico de influência, os conchavos, os acordos, as composições, o apadrinhamento, assim como os desvios de verbas, de que o não-recolhimento de impostos era espécie.

Do mesmo modo, o *Sermão do bom ladrão,* do Padre Antônio Vieira (2009, p.110), também mostra de como era grave a crise de valores na colonização do Brasil:

> Não são só os ladrões, diz o Santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendamos exercícios e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo: os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam.

Os desvios de conduta e as práticas de corrupção foram fomentados, também, pela má remuneração dos servidores e funcionários, criando um ambiente propício à complementação remuneratória, tanto pelo ganho ilícito de valores quanto pelas atividades laborativas que eram implantadas em alguns funcionários, mesmo sem o merecimento desta remuneração (PILAGALLO, 2013).

Desta forma, os desvios de conduta eram comumente aceitos pela sociedade, em virtude da cultura criada desde os primeiros anos do século XVI, adentrando o período da Independência do Brasil sem qualquer expectativa de resgate das boas práticas e dos bons costumes.

2.3.3 A crise de valores no Período Imperial

A partir do século XIX, a questão moral relacionada às instituições começou a ganhar relevância, particularmente no momento em que a estrutura do Império brasileiro foi abalada com a abdicação de D Pedro I em prol de uma criança de cinco anos de idade, devido à necessidade do Príncipe do Brasil de regressar a Portugal.

Naquela época, a população brasileira passou a prestar mais a atenção às ações realizadas pelas autoridades e, mesmo com a tentativa de um resgate ético e moral nas instituições, por intermédio das regências, os conflitos entre liberais e conservadores fizeram com que o povo seguisse os seus governantes.

Assim, ignoraram valores, tais como o respeito à autoridade, à Igreja, à lei e à própria Pátria, resultando em desordem e revoltas nas províncias brasileiras. Mesmo diante do escalonamento da crise causado, dentre outros motivos, pela corrupção nos altos escalões do governo, não houve, por parte das autoridades a preocupação de minimizar os problemas, refletindo diretamente no comportamento da população no Período Republicano.

O período anterior à República não trouxe grandes alterações no comportamento das pessoas comuns e, principalmente, dos dirigentes na Nação, que deveriam exigir o cumprimento de leis e dar o exemplo aos demais. Desta forma, o século XX ficou caracterizado pela aumento significativo dos desvios éticos e morais em todos os setores da sociedade brasileira, chegando aos dias de hoje com uma preocupação acerca do desenvolvimento e do destino do Brasil.

2.3.4 A crise de valores na República

O Período Republicano rompeu o século XX com a mesma ausência de pressupostos éticos e de valores morais, traduzidos pela corrupção nas instituições e no desvio de comportamento das pessoas.

Sobre a crise no comportamento da sociedade, as palavras de indignação de Rui Barbosa traduzem todo o seu sentimento: “Da crise moral que atravessamos a crise do *caracter* é *ura* dos elementos capitais” (NERY, 1931, p.148).

Assim, durante a República Velha, de 1889 a 1930, o voto comprado e o voto de “cabresto” foram práticas antiéticas a amorais consideradas normais no período

mencionado, uma vez que, em algumas regiões do País, estavam relacionadas com o poder de mando dos coronéis. Neste contexto, Habib (1994, p.28) afirma:

> O restabelecimento do coronelismo – que principiara no Império, mas se fortalecera na República – com todas as mazelas e de nefastas consequências para o país, consolidando-se a partir dos dois primeiros presidentes civis e repercutindo até 1930.

Assim como os senhores feudais do período medieval, para conseguir os seus objetivos, os coronéis patrocinavam a corrupção, por intermédio de ações que iam de encontro aos valores éticos e morais. Tais ações eram executadas por intermédio de uma relação de poder que envolvia a troca de favores, o suborno, a compensação ilícita, o tráfico de influência, dentre outros, refletindo no comportamento e no pensamento das pessoas mais simples, que viam nestas práticas uma maneira de conseguir vantagens ilícitas para poderem viver com mais dignidade.

Do mesmo modo, a “Política do Café com Leite” fomentou ainda mais a corrupção eleitoral e outras práticas de corrupção, tais como o nepotismo e a ocupação de cargos públicos em troca de interesses pessoais, aumentando o cenário catastrófico do Brasil. Desta forma, as ações não condizentes com o bem comum e o agir em prol do desenvolvimento da sociedade foram maiores do que a vontade de resgatar os valores, a ética e o pensamento acerca do bem para a Pátria brasileira.

Durante a Era Vargas e o período do governo de Eurico Gaspar Dutra, o quadro social continuava o mesmo no Brasil. Os governantes e a alta sociedade, que deveriam dar o exemplo e exigir o cumprimento de leis e o comportamento ético e moral da sociedade, continuavam com as suas práticas ilícitas em benefício próprio. Neste sentido, as belas palavras de Rui Barbosa, em seu discurso sobre a questão social e política brasileira no sistema republicano, podem ser invocadas e citadas como atuais (BARBOSA, 1999, p.371):

> O Brasil não é ‘isso’. É ‘isto’. O Brasil, senhores, sois vós. O Brasil é esta *Assembléia*. O Brasil é este comício imenso, de almas livres. Não são os comensais do erário. Não são as ratazanas do Tesouro. Não são os mercadores do Parlamento. Não são as sanguessugas da riqueza pública. Não são os falsificadores de eleições. Não são os compradores de jornais. Não são os corruptores do sistema republicano [...]”.

No Governo Juscelino Kubitschek, a parir de 1955, foi implantado um projeto de desenvolvimento para o País, tendo como um dos seus vetores o combate à corrupção. No entanto, apesar do discurso político, “a corrupção dessa época concentrava-se, sobretudo, na política, no funcionalismo público e nos negócios envolvendo interesses estrangeiros no país, com a participação de banqueiros e de empresários de peso” (HABIB, 1994, p.39).

Em 1961, o Brasil encontrava-se mergulhado em um caos institucional, com uma política duvidosa e com a corrupção envolvendo os altos escalões do governo. Assim, em 1964 o “regime militar” iniciou-se com a chamada Contrarrevolução Democrática, com o objetivo, inicialmente, de restabelecer a ordem e combater a tentativa de imposição do socialismo no País.

Com a assunção do governo por Castelo Branco, muitos projetos e estudos foram executados, dentre eles um forte combate à corrupção, por intermédio de ações eficientes e pontuais, começando pelos níveis mais altos do funcionalismo público. Estas ações reduziram a corrupção nos altos níveis da administração federal e, aliadas às políticas públicas voltadas para a população e o crescimento econômico, refletiram positivamente no comportamento ético e moral do brasileiro.

2.3.5 A crise de valores da redemocratização nos dias atuais

Após o período chamado de Redemocratização, o Brasil viu-se envolto pelo crescimento dos índices de corrupção e de desvios de conduta por parte de sua sociedade, vivenciando inúmeras práticas ilícitas, tanto no nível governamental quanto nas camadas menos aquinhoadas da sociedade.

A partir de 1985 e, mais tarde, com a promulgação da Constituição de 1988, o País viu-se com uma população cujos direitos sobressaem aos deveres para com a Pátria. Desta forma, atos que atentam contra os valores morais e os bons costumes estão sendo veiculados diariamente na mídia, adentrando os lares dos brasileiros e alterando, consideravelmente, o comportamento ético e moral da população.

Hoje no Brasil, os desvios de conduta, os favorecimentos, os beneficiamentos e as vantagens financeiras ilícitas são considerados normais por parte da população. Por mais que se possa acreditar que cada ser é responsável por seus atos e ações,

o desvio de conduta tem, no exemplo das classes dominantes do Estado, a certeza da impunidade e a falta de políticas voltadas à população como suas principais causas, fazendo com que muitas pessoas ajam em descompasso com os valores éticos e morais evidenciados por Kant, Montaigne, Tomás de Aquino, dentre outros.

Os governantes e autoridades devem dar o exemplo à população, de modo que o imperativo categórico prevaleça, no sentido de agir de modo que a sua ação positiva siga princípios que considere benéficos para o grupo. Neste aspecto, Rui Barbosa diz:

> "Quando o chefe de Estado viola as sentenças dos *tribunaes*, constituindo-se juiz dos seus *juizes*, como não as hão de violar da mesma sorte, a seu exemplo, os ministros e os governadores, os *generaes* e os almirantes, os *directores* e os dirigidos, os *inspectores* e os *inspeccionados*, os administradores e os administrados, os comandantes e os *commandados*, os eleitores e os eleitos, os civis e os militares, os *funcionarios* e os cidadãos?" (NERI, 1931, p. 195)

Não há diferenças de comportamento ético e moral quando um político desvia milhões de dólares ou no momento em que as pessoas burlam as leis ou o sistema em benefício próprio. Na verdade, o ato ilícito não está no valor a ser ganho, mas na atitude do indivíduo ao aceitar a situação, independentemente de sua classe social ou de seu poder aquisitivo. Neste sentido, é importante uma reflexão de Cortella (2014) que diz:

> O que faz o ladrão, portanto, não é a ocasião. O que faz o ladrão é o indivíduo, que pode ser ladrão ou não, aproveitar a ocasião. Em outras palavras, a ocasião faz o ladrão só quando há uma decisão por ser ladrão; não é a ocasião, mas o possível ladrão que decide. Portanto, a decisão continua a ser determinada pelo indivíduo e não pela circunstância (CORTELLA, 2014, p.77).

E tem-se percebido que, com o passar dos anos, houve um aumento considerável de desvios de comportamento e de conduta de vários profissionais da classe política e das instituições nacionais, aumentando o caos de diversos setores da sociedade, o que tem reduzido a qualidade dos serviços e das atribuições inerentes ao regime democrático brasileiro.

Como resultado do aumento significativo nos desvios de conduta das pessoas, observa-se que os índices de corrupção no País elevaram-se aos mais altos níveis, quando comparado com as demais nações do mundo.

POSIÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	PONTUAÇÃO
1	Nova Zelândia	89
2	Dinamarca	88
3	Finlândia	85
3	Noruega	85
3	Suíça	85
6	Cingapura	84
6	Suécia	84
...	...	...
91	Bósnia e Herzegovina	38
91	Guiana	38
91	Sri Lanka	38
91	Timor-Leste	38
96	Brasil	37
96	Colômbia	37
96	Indonésia	37
96	Panamá	37

Tabela 1 - Ranking de corrupção dos países, segundo IPC

Fonte: Agência Brasil

Segundo a Agência Brasil, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) o Brasil passou de 79º lugar para 96º em 2018. O índice foi divulgado no mês de fevereiro, simultaneamente em todo o mundo, pela Transparência Internacional, considerada a principal entidade na luta contra a corrupção no mundo. Neste estudo, apenas Libéria e Bahrein mostraram uma queda maior do que o Brasil no índice de percepção da corrupção, o que demonstra ser um indicativo de que o Brasil atravessa uma crise ética e moral sem precedentes.

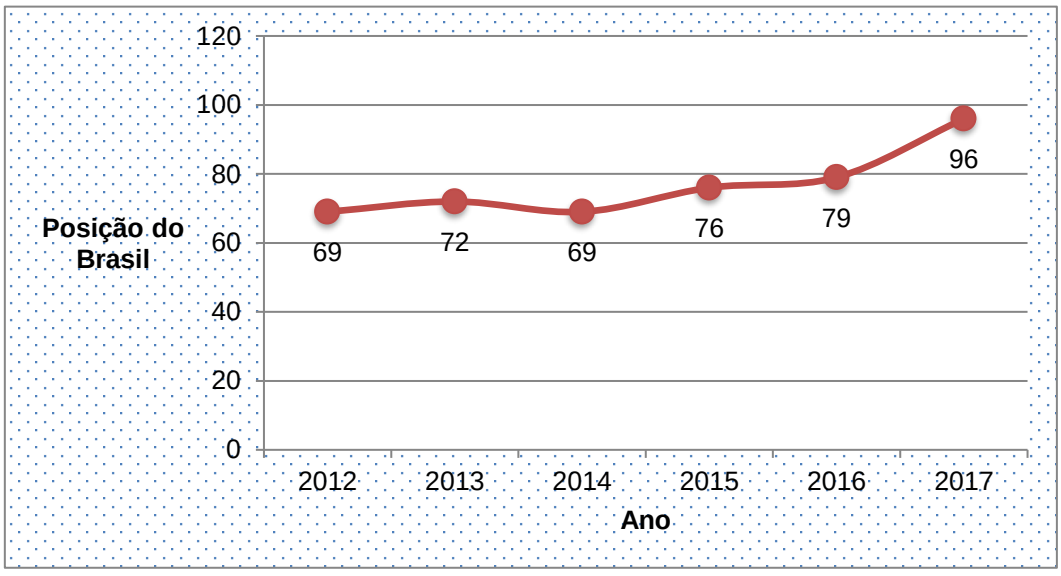

Gráfico 1 - Evolução da posição do Brasil no ranking mundial de corrupção, segundo IPC

Fonte: Agência Brasil

Sobre crise ética e moral sem precedentes que atravessa a sociedade brasileira, a população mais jovem é a mais afetada, tendo em vista, principalmente, a falta de políticas públicas no campo psicossocial, particularmente na educação. Além disso, parte da juventude não tem demonstrado interesse no resgate dos valores familiares e tradicionais das gerações mais velhas, já que o descumprimento de leis e os atos ilícitos passaram a fazer parte da rotina dos indivíduos.

Sobre o problema moral que atravessa a juventude brasileira, Ávila (1985) diz:

> O que, a meu ver, constitui o aspecto mais grave do problema moral da juventude brasileira de hoje é exatamente a contestação que desceu até ao nível profundo dos valores. Digamos imediatamente que não é um problema exclusivo da juventude brasileira. Ele é talvez mesmo bem mais profundo entre a juventude de outros países. Digamos também que não é um problema nem da totalidade, nem mesmo da maioria dos jovens brasileiros. O que quero dizer é que o simples fato de ele já existir entre nós constitui o aspecto mais grave do problema, a ponto de merecer uma análise mais insistente do que as que dedicamos aos dois problemas anteriores. (ÁVILA, 1985, p.19).

A citação do autor retrata o problema da ausência de valores na juventude do Brasil e do mundo. Neste aspecto, enquadram-se os profissionais mais jovens do Exército Brasileiro que convivem, diariamente, com as facilidades de toda a ordem, ilícitos envolvendo familiares ou amigos próximos, dentre outros, que podem interferir no comportamento moral e ético do militar.

A atual crise ética e moral, vivenciada pelas pessoas, manifesta-se de várias maneiras. Oliveira (2005) apresenta cinco modos, dos quais cabe ressaltar três: a crise das instituições, a crise de identidade e a crise de significado.

A crise das instituições pode ser inserida na crise de valores, já que instituições como a família, a religião e o Estado estão falhando na formação básica ética e moral das pessoas. Desta forma, observa-se que, em parte da população brasileira, a família e a religião não têm sido o aporte necessário para despertar o respeito ao próximo, o valor da convivência e a consciência da necessidade do trabalho para alcançar os objetivos. Do mesmo modo, a crise de valores nas instituições do Estado está, flagrantemente, destruindo os valores cívicos e sociais, fundamentais para o desenvolvimento de qualquer nação.

A crise de identidade está relacionada ao excesso de individualismo que as pessoas possuem, abrindo mão de realizar o bem ao próximo para satisfazer suas vontades e necessidades pessoais, mesmo que suas ações vão de encontro aos

preceitos éticos e morais. A crise de identidade dá o poder ao indivíduo de fazer qualquer coisa, sem o senso crítico necessário às suas escolhas, levando-o à dependência de suas ações amorais.

A crise de significado é consequência da crise de identidade, em que as pessoas questionam o sentido da vida e das coisas, caso não possam agir para satisfazer as suas vontades.

Diante da evolução dos problemas éticos e morais no Brasil, pode-se inferir que a crise no País não é só econômica ou política. Mais do que tudo, a Nação brasileira atravessa uma crise psicossocial sem fronteiras. Em que pesem a carência de políticas públicas e a falta de exigência no cumprimento das leis, a questão fundamental está diretamente relacionada com o comportamento e a atitude das pessoas, que têm na família, na religião e nas escolas a sua pedra fundamental. Assim, o resgate dos postulados éticos e morais, que podem iniciar nas instituições mais elementares e tradicionais, urge e torna-se fundamental na busca de soluções para o desvirtuamento do pensamento e dos atos das pessoas.

2.4 ÉTICA, MORAL E VALORES MILITARES

2.4.1 Generalidades

A História das civilizações está repleta de pensadores, filósofos, cientistas, estadistas e outros notáveis, que influenciaram o pensamento e o comportamento humano e contribuíram para a evolução ética e moral das pessoas.

Eventos como as Grandes Navegações, o Iluminismo, a Revolução Industrial, o Renascimento, a Reforma, dentre outros eventos marcantes do mundo, moldaram comportamentos, direcionaram ações e, sem deixar de referenciar as tradições e os valores de cada civilização, fortaleceram ideais e moldaram a identidade nacional de cada povo.

Assim, as sociedades evoluíram e ultrapassaram fronteiras, resultando no descobrimento e na conquista de novos territórios, em que lideranças, no contexto ético e moral, conduziram os seus povos às vitórias, desenvolvendo e fortalecendo cada Estado-Nação.

2.4.2 O líder como vetor da manutenção dos valores éticos e morais

Na história da Humanidade mostra que a liderança sempre foi o alicerce dos povos coesos e aguerridos. Líderes, generais e estrategistas, tais como Alexandre Magno, Aníbal, Clausewitz, Gengis Khan, Luís Alves de Lima e Silva, Napoleão Bonaparte, Sun Tzu, dentre outros, exerceram notável influência à frente de seus exércitos.

O culto à ética e aos valores morais, a correção de atitudes, a lealdade ao povo, o espírito de corpo, a responsabilidade e a honra foram algumas das qualidades que se tornaram comuns entre eles, permeando suas ações e direcionando a trajetória de cada sociedade organizada.

Os heróis de ontem transformaram-se em ícones e exemplos de cada povo, sendo fundamentais na consolidação dos objetivos sociais, econômicos e militares de seus povos.

No entanto, o desenvolvimento científico-tecnológico e a rapidez das informações repercutiram no cotidiano das sociedades, resultando no comprometimento dos valores éticos, morais, tradicionais e familiares, tão evidenciados nos heróis do passado.

Conforme Alvin e Heide Toffler (TOFFLER, 2003, P.19), em seu livro “Criando uma Nova Civilização”, os conflitos de toda a ordem fizeram surgir uma nova civilização na vida das pessoas. Segundo ele:

> Uma nova civilização está imergindo em nossas vidas, e os cegos – que existem em toda parte – estão tentando suprimi-la. Essa nova civilização traz consigo novos estilos de família; maneiras diferentes de trabalhar, amar e viver; uma nova economia; novos conflitos políticos; e acima de tudo uma consciência modificada. (...) A humanidade se depara com um salto importante à frente. Defronta-se com a mais profunda convulsão social e reestruturação criativa de todos os tempos (...) (TOFFLER, 2003, P.19).

No Brasil, verifica-se que esta convulsão social ocorre em maior número no universo do público mais jovem, como reflexo de uma sociedade que caminha em desobediência às regras e às leis e, principalmente, pela crise social que o País atravessa, em virtude da falta de investimentos e de políticas nas áreas de segurança, emprego, saúde e bem-estar social.

Como resultado de uma crise generalizada que afeta, principalmente, os valores da sociedade, uma parcela da população transmite a percepção de que as instituições brasileiras perderam o seu valor, esquecendo-se que as mesmas foram forjadas e fortalecidas pela luta de seu povo. Do mesmo modo, parte da sociedade pouco se importa com as raízes de sua própria história, responsáveis pela modelagem cultural da Nação.

Sobre as instituições nacionais, cabe ressaltar o Exército Brasileiro, que, graças à liderança de André Vidal de Negreiros, Antônio Dias Cardoso, Filipe Camarão, Henrique Dias e João Fernandes Vieira, forjou, nos Montes Guararapes, os valores e as tradições militares que se fortaleceram no tempo e ultrapassaram gerações de brasileiros. Naquela época, os líderes de cada raça foram importantes na condução das batalhas, quando lideraram as suas tropas em busca do objetivo

comum, qual seja, o de manter a soberania de Portugal na Colônia do Brasil, o que se refletiu no despertar do sentimento de Pátria em solo brasileiro.

Com o passar do tempo, a História do Brasil foi escrita tendo na Força Terrestre o protagonismo da maioria dos eventos épicos registrados nos anais da Nação e em seu Patrono, o Duque de Caxias, o maior exemplo de líder, de cidadão e de soldado.

Desta forma, é imperioso manter a consciência voltada para o culto às tradições do Exército Brasileiro, com foco nos valores éticos e morais, em que a figura do líder torna-se imprescindível.

Em um ambiente social hostil, que poderá alterar o comportamento profissional de qualquer cidadão, a liderança em todos os níveis cresce de importância, no sentido de moldar comportamentos e redirecionar ações, que poderão evitar que o militar se corrompa.

Mas, como se adquirir esta liderança? Segundo Ferreira (1988), a liderança ocorre pelo prestígio pessoal do líder, em que as ideias são aceitas pelo grupo. Afirma, ainda, que é a capacidade de liderar.

Para Hunter (2004, p. 25), a definição de liderança é: “(...) habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum”.

Sobre o conceito de liderança militar, o Manual de Liderança Militar afirma que:

> A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação (C 20-10, p. 3.3).

Assim, caberá ao líder agir diretamente no comportamento de seus subordinados pela persuasão, respaldada pelo exemplo e pelos bons costumes evidenciados no seu cotidiano de relacionamento.

Na capacidade de persuasão, o mais importante é a credibilidade do líder, de modo a dar confiança ao seu grupo e facilitar a influência de suas ideias, com o objetivo de mudar hábitos e corrigir desvios de comportamento.

Assim, um dos aspectos mais relevantes do líder é a manutenção dos padrões de comportamento ético, constituindo uma ferramenta fundamental da

dimensão humana, no relacionamento entre o superior e o subordinado. Do mesmo modo, a ética militar surge como o principal foco da atividade do líder, sendo considerada o imperativo funcional da liderança militar.

Cabe salientar que os possíveis desvios de conduta e de comportamento independem do local ou do horário. Desta forma, a atuação do líder deve ser direcionada para uma mudança da maneira de pensar de seu grupo, de modo a desenvolver uma disciplina consciente e intelectual, particularmente no público mais jovem.

Nas escolas militares, o processo ensino-aprendizagem é pautado, dentre outros aspectos, pela capacitação do aluno em liderar homens e mulheres, em situações de guerra ou de paz, com ênfase no campo atitudinal.

Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a matéria Liderança Militar é tida como um dos fatores mais importantes na formação do comandante e do líder, com uma carga horária de sessenta horas, ministrada no 3° ano dos cursos.

Do mesmo modo, a Escola de Sargentos das Armas (EsSA), por intermédio de instruções e palestras de desenvolvimento dos Atributos da Área Afetiva (AAA), prepara o futuro sargento para o exercício de suas funções nos corpos de tropa.

Em ambas as escolas, os instruendos são observados e avaliados de modo a aprimorar e moldar a personalidade militar do futuro comandante, o que tem contribuído para o desenvolvimento dos atributos da área afetiva, moldando pensamentos e fortalecendo os aspectos referentes aos valores, à ética, à moral e às tradições militares.

Quanto ao líder, o Manual de Liderança Militar afirma que:

> O líder militar deverá possuir uma consciência reta e trabalhará para preservar os valores morais que são inerentes à sua profissão. Não poderá entregar-se à imoralidade ou à infração voluntária e consciente de princípios morais consagrados, tampouco poderá ser um amoral, isto é, uma pessoa que perdeu o senso moral e tornou-se incapaz de discernir entre o bem e o mal (C 20-10, 2011, p. 4.2).

Sobre a liderança militar, o mesmo manual diz:

> A liderança militar possui como aspecto imutável, a necessidade de concordância com os valores do EB, tais como o patriotismo, o civismo, o idealismo e a disciplina. Ou seja, tanto em tempo de normalidade, quanto em tempo de crise ou conflito, os valores que sustentam a liderança militar são essenciais e perenes. No entanto, algumas competências possuirão

> diferentes graus de importância, quando da mudança de uma situação de normalidade para uma situação de crise ou conflito (C 20-10, 2011, p. 6.8).

Outro aspecto a ser ressaltado dentre os principais aspectos do líder é a empatia, que, segundo Ferreira (1988), significa a capacidade psicológica de vivenciar uma mesma situação que a outra pessoa está vivendo, de modo a entender as reações emocionais do outro. Assim, somente vivendo a mesma situação do liderado é que o líder poderá influenciar o seu grupo, moldando pensamentos, corrigindo desvios e redirecionando ações.

Ressalta-se, ainda, que o aprendizado e o aperfeiçoamento das ações do líder militar não se limitam aos bancos escolares, mas aperfeiçoam-se por intermédio da experiência adquirida em todos os momentos da vida na caserna.

Neste sentido, os mais antigos tornam-se fundamentais no processo de conquistar corações e mentes, de modo a manter sempre vivos os preceitos éticos e morais, tão caros à sociedade brasileira nos dias de hoje, mas fundamentais para a sobrevivência da Instituição.

Desta forma, a liderança surge como uma das principais ferramentas para o enfrentamento dos conflitos éticos e morais que poderão afetar o público militar. A integridade, o exemplo, a correção de atitudes, a empatia, dentre outros aspectos, são primordiais e necessários para enfrentar este desafio social, que é uma realidade nos dias de hoje, em que as instituições de ensino do Exército Brasileiro surgem como mentores e responsáveis pelo despertar e pelo aprimoramento das qualidades do líder militar.

2.4.3 Valores, tradições e ética militar

O desenvolvimento científico-tecnológico trouxe contribuições importantes para a evolução da arte da guerra. As lições aprendidas nos campos de batalha, a evolução das estratégias no campo militar e o surgimento de novos atores nos conflitos bélicos refletiram-se em todos os campos do poder e direcionaram os rumos das nações do mundo.

A par da evolução na arte de combater, as estratégias e o pensamento militar sempre pautaram suas ações em ideais, na crença nos valores e nas

tradições de cada povo. Assim, as forças militares do mundo ultrapassaram gerações, conquistando territórios e construindo ideologias, até chegar aos dias de hoje em que a guerra assimétrica surge como protagonista em conflitos bélicos.

No Brasil, a evolução da arte da guerra acompanhou as fronteiras do conhecimento e da evolução científico-tecnológica. As múltiplas missões constitucionais impostas aos militares aumentam a responsabilidade da Instituição, em que o fator “homem” tem um papel preponderante.

Em cada missão cumprida pela Força Terrestre, os valores, as tradições e a ética militar são imprescindíveis nas ações e representam, ao lado da hierarquia e da disciplina, a base do pensamento do Exército Brasileiro.

Nos dias atuais, é evidente a perda generalizada de referenciais éticos e morais, o que pode corromper a sociedade e se refletir no comportamento de integrantes da Instituição militar. Desta forma, permanece como desafio para o Exército Brasileiro garantir, em todas as situações, a preservação dos valores e das tradições militares, de modo a manter a identidade e a credibilidade da Força Terrestre.

Assim, todas as ações devem estar pautadas na ética e nos valores morais, sendo que o culto às tradições e o respeito aos valores militares surgem como modelos que representam a história e os heróis do EB, responsáveis pela gênese e pela chama da perpetuidade da profissão militar.

No campo militar, o *Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (2002) registra que o sacrifício exigido ao militar, inclusive o da própria vida em prol do cumprimento da missão, induz, de maneira consciente e inconsciente, o culto aos valores, a obediência aos deveres e o respeito à ética militar, por intermédio de ações pautadas pela correção de atitudes, responsabilidade, amor à profissão, dentre outras.

Quanto aos valores militares, o mesmo *Vade Mécum* ressalta que as manifestações dos valores militares, imprescindíveis no enfrentamento da crise social que atinge uma parcela da população brasileira, são: patriotismo, civismo, culto às tradições, fé na missão, amor à profissão e entusiasmo.

A importância desses valores deve ser constantemente abordada junto aos subordinados, pelos comandantes e líderes militares, de modo a redirecionar pensamentos e fortalecer atributos da área afetiva, para que a tropa possa enfrentar

as dificuldades de toda ordem existentes em um ambiente de crise social generalizada.

Sobre os deveres militares, o dever moral está diretamente relacionado à disciplina intelectual e consciente do militar, de modo que ele possa cumprir a missão com a correção de atitudes necessária, independentemente de estar sendo observado ou avaliado, aspecto fundamental para não comprometer o nome da Instituição. A observância desta característica pode ser considerada um dos pilares para a manutenção do comportamento ético e moral em todos os tipos de missão.

A ética militar surge como padrão de comportamento a ser alcançado pelo militar durante toda a sua existência, compreendendo uma conduta moral ilibada em todas as situações, não aceitando se corromper ou aceitar situações que firam o pundonor militar e o decoro da classe militar.

Conforme o *Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (2002):

> Ética Militar é o conjunto de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. Ela impõe, a cada militar, conduta moral irrepreensível. (*Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares, p.6).

A ética também surge como uma regra fundamental a ser observada, com base nos deveres e nos valores militares.

Do mesmo modo, as tradições militares refletem o padrão de conduta adquirido através do tempo, em que os exemplos dos heróis do passado ditam os passos e conduzem a história da Instituição. As tradições também mesclam as gerações de ontem e de hoje, num misto inigualável de experiência dos mais antigos com o vigor dos mais jovens, perpetuando-se no tempo. Conforme Vigny (1975, p.37):

> [...] O andar e o aspecto são uniformes como a farda. A vivacidade da juventude e a lentidão da idade madura acabam adquirindo o mesmo ritmo, que é o da arma. A arma em que se serve é o molde onde cada um atira o próprio caráter, se transforma e se refunde para tomar uma forma geral impressa para sempre. O Homem se apaga sob o Soldado.

Assim, verifica-se que todos os atributos relacionados com o pensamento e com o comportamento do militar surgem como condição basilar da vida dedicada à

defesa da Pátria, sendo fundamentais a prática e a difusão desses atributos por parte de todos os integrantes do EB, em que as escolas de formação têm um papel fundamental.

Sobre o respeito aos valores:

> Não são inatos e, sim, aprendidos, variando de acordo com a sociedade, a cultura e a época. Não podem ser vistos nem ouvidos, mas, apesar disso, são reais, influenciam de modo consciente ou inconsciente o comportamento e guiam o indivíduo e o grupo (C 20-10. 2011. p.4-3).

Ao lado do culto aos heróis do passado, o pensamento militar ultrapassou gerações, moldando e fortalecendo o sentimento do dever do soldado brasileiro, o que se refletiu na confiança e no respeito de grande parcela da população brasileira.

Mesmo diante do caos social e das atividades ilícitas presentes no cotidiano da população brasileira, o Exército Brasileiro, com base em seus princípios éticos e morais, respeito à hierarquia e à disciplina e agindo sempre dentro da legitimidade, da estabilidade e da legalidade, angariou o respeito e a confiança da maioria da população brasileira, sendo considerado um dos últimos baluartes de esperança e de solução para as crises que possam surgir na sociedade.

Daí, a importância da manutenção do culto a todos os preceitos relacionados à ética e à moral nas ações dos militares do EB, tais como o senso de justiça, a correção de atitudes, o culto aos valores, dentre outros.

As missões cumpridas pelos integrantes das FA têm refletido positivamente na divulgação da imagem da Instituição em todo o território nacional. Aliado à crescente injustiça social e aos problemas decorrentes da falta de políticas públicas do Brasil, o trabalho em prol da segurança e do desenvolvimento nacional desencadeado pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira alcançou altos índices de aceitação e de credibilidade por parte da população brasileira, o que demonstra a importância da manutenção do *modus operandi* das três forças singulares.

Conforme a pesquisa, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acerca do Índice de Confiança da Justiça (ICJ), referente ao 1º semestre de 2017, as Forças Armadas lideram o ranking das instituições com maior credibilidade. Por este índice, é medida a opinião da população acerca das instituições, a forma como ela presta o serviço público e da predisposição para solucionar problemas ou conflitos.

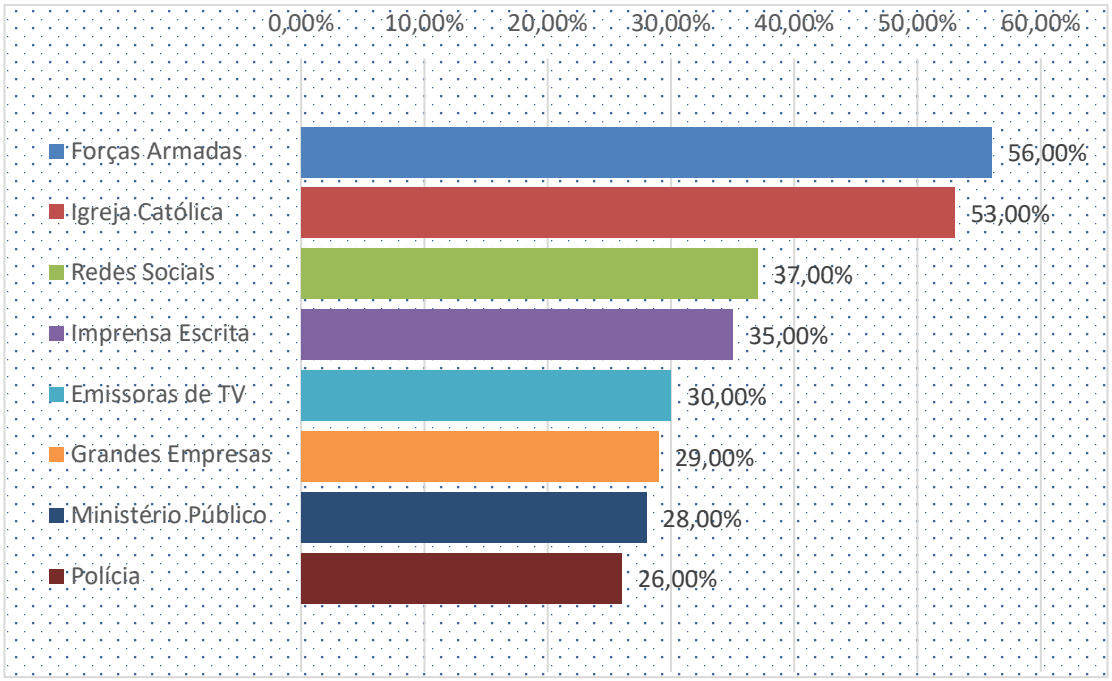

Gráfico 2 – índice de confiança das instituições

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

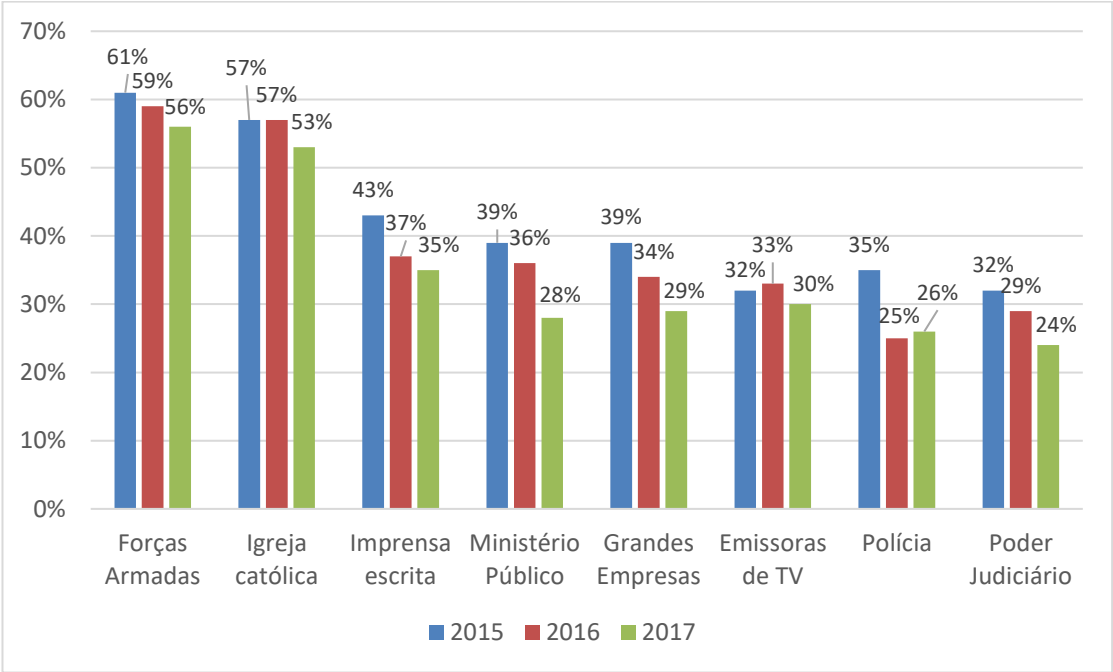

Gráfico 3 – Evolução do índice de confiança das instituições

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Observa-se nos dados, que, mesmo com uma queda de 5% de credibilidade em relação ao ano de 2015, há uma queda maior nas demais instituições do País.

Do mesmo modo, as redes sociais, que não apareciam nas avaliações de anos anteriores, na última pesquisa obtiveram o 3º lugar, o que evidencia a importância deste meio na divulgação de fatos ou notícias, influenciando no pensamento e nas ações das pessoas.

Quando o EB é avaliado de maneira isolada, os índices aumentam, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Qualitest de Ciência e Tecnologia. Conforme o instituto, nos índices da pesquisa encomendada no primeiro trimestre do ano de 2018, o EB atingiu 80,3 % de credibilidade junto à população do País, o que demonstra uma crença da população brasileira na missão da Instituição.

Assim, pode-se inferir que o alto grau de credibilidade e de confiança creditado às Forças Armadas, particularmente ao EB, é o resultado de um trabalho diuturno de conscientização de todo o efetivo da Força, alicerçado na necessidade de pautar as ações na ética, na moral e na correção de atitudes.

Ao lado dos princípios basilares da hierarquia, da disciplina e dos preceitos éticos e morais, o trabalho de conscientização, iniciado com a formação dos líderes militares, assume um papel preponderante na formação da personalidade militar.

Por intermédio do preparo nas escolas de formação e do aperfeiçoamento adquirido ao longo da vida na caserna, todos os líderes e comandantes têm a responsabilidade funcional de sensibilizar os seus comandados.

Assim, as ações pautadas em conformidade com os valores e as tradições do Exército, aliadas ao papel de conscientização dos comandantes, surgem como fundamentais na conquista de “corações e mentes”. Tais ações irão direcionar condutas de modo a não comprometer a imagem da Instituição, diante de um quadro social que poderá contaminar as ações dos integrantes da Força Terrestre.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento das civilizações moldou pensamentos e direcionou os destinos do mundo. A globalização e a evolução científico-tecnológica tiveram um papel preponderante nesse processo, transformando o cenário mundial do século XXI, por intermédio de mudanças nos campos do poder, caracterizadas por alianças econômicas, esgotamento de recursos naturais, mudanças de pensamentos e valores, dentre outros.

No Brasil, o progresso transformou vários setores da sociedade, sendo importante para que o País pudesse atingir o atual estágio de desenvolvimento, ratificando a sua liderança na América do Sul. Ao lado dos impactos nos campos do poder, a globalização e o advento das redes sociais trouxeram mudanças significativas no comportamento do brasileiro, afetando negativamente uma parcela da sociedade.

O que se tem observado no Brasil são dilemas cotidianos na maneira de agir e de pensar de parcela da sociedade nacional. Assim, entre a correção de atitudes e a obediência às leis, parte das pessoas escolhe ações ilícitas ou atos corruptos para atingir seus objetivos pessoais ou angariar benefícios próprios, o que tem aumentado o caos social e a descrença nas instituições da Nação. Este aspecto merece especial atenção das Forças Armadas em decorrência do seu reflexo para a estabilidade social.

Em que pese o fato de parte dos integrantes da Instituição estar envolta por pessoas que vivem o “dilema entre o certo e o errado”, no Exército Brasileiro os valores de toda a ordem são imprescindíveis para o fortalecimento da Força Terrestre, assim como os princípios da hierarquia e da disciplina, que apresentam reflexos no alto índice de credibilidade da Instituição.

Neste contexto, emerge a importância das ações de preservação dos valores e das tradições em todas as atividades desenvolvidas pelo EB, sendo fundamentais o desenvolvimento e a manutenção da ética e dos valores morais, principalmente em um ambiente social em que “facilidades” de toda ordem têm corrompido parte da sociedade brasileira, podendo influenciar os integrantes da Instituição.

Assim, é importante que o culto a esses preceitos seja o tempo todo evidenciado. Mesmo tendo a liberdade para agir, o pensamento interior do homem

deve estar voltado para a existência de normas que devem ser seguidas, de modo que, com o passar do tempo, as ações obedeçam à consciência, conforme o pensamento kantiano, desenvolvendo a disciplina consciente nas ações, como uma obrigação moral. Assim, conforme preconizam Montaigne e Kant, o homem deve agir de modo a transformar o dever moral na boa vontade de agir, obedecendo às regras fundamentadas que norteiam o pensamento moral do indivíduo, como um princípio universal, independentemente de suas ações estarem sendo vigiadas.

Do mesmo modo, é importante, conforme o pensamento de Nietzsche, o resgate dos costumes e das tradições, podendo ser familiares ou dos heróis do passado, esquecidos por parte da sociedade. Neste diapasão, é primordial o pensamento de Santo Tomás de Aquino no sentido de construir ou resgatar a ética e a moral com base na cultura e no legado dos heróis do passado, como exemplo de comportamento e de respeito à Instituição.

Desta forma, o EB continuará pautando suas ações pela ética relacionada com a busca pelo bem social, conforme defende Aristóteles, por intermédio de uma educação de qualidade e por hábitos adequados, que refletirão na manutenção dos valores e das tradições da Força Terrestre.

Apesar da importância de se observar os princípios éticos legados por pensadores e filósofos acerca do agir e do pensar, atualmente verifica-se que o “abismo ético e moral” no comportamento de parte da sociedade brasileira tem relação com os primórdios da formação da nacionalidade brasileira. Sob este aspecto, é importante considerar a evolução social e política do País, em que, ao lado da situação dos degredados, atos ilícitos e corruptos têm seduzido os muitos representantes do povo desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil.

Neste contexto, é de se entender a deplorável posição que ocupa o País em índices e pesquisas sobre a corrupção no mundo, refletindo na degradação de valores e de pensamento de parte da sociedade, na descrença nas instituições e no caos social resultante de uma política de governo omissa nesta área psicossocial.

Para se contrapor a este caos de valores de toda a ordem, que mancha a Nação, é importante estimular o culto e a referência aos líderes e heróis nacionais, como forma de resgatar e de embasar o pensamento ético e moral, particularmente no âmbito do Exército.

Neste sentido, o papel do líder surge como um vetor de manutenção e de resgate dos valores e das tradições militares. Assim, escolas militares têm

trabalhado e estudado no sentido de aprimorar o comportamento dos líderes militares, com reflexos altamente positivos para a Instituição. A atuação do líder com autoridade, probidade, respeito à dignidade da pessoa humana e eficiência tem contribuído para o alinhamento do comportamento dos integrantes da Instituição com o pensamento filosófico sobre o tema, refletindo-se no cumprimento dos regulamentos, das instruções e das ordens das autoridades competentes.

De modo similar, ainda nos bancos escolares, o Exército Brasileiro tem trabalhado os deveres militares e a ética militar desde cedo, evidenciando a importância deste atributo para a profissão militar.

> Interessante ponderar que, invariavelmente, se declara que para as forças armadas de Estados considerados íntegros, a ética militar é parte intrínseca de sua realidade, isto é, da realidade de seus militares. Assim, de modo aparente, torna - se completamente dispensável ter que se construir defesa em favor de que a ética militar é instituto necessário, ou que seja pura e simplesmente questão relacionada ao bom senso. (Ética e Valores Militares: Desafios de Preservação para a Instituição Militar - Paulo Mauricio Rizzo Ribeiro, p.24).

Assim, é evidente que os valores militares, a moral e a ética devem estar sempre interligados, definindo e moldando, ao lado da hierarquia e da disciplina, os princípios e as ações da Instituição. Desta forma, explica-se o atual índice de credibilidade das Forças Armadas, em particular do Exército Brasileiro, como reflexo de todo o trabalho desenvolvido desde a gênese da Força Terrestre até os dias atuais.

Este trabalho procurou demonstrar a importância da ética e da moral para a manutenção do bom nome da Instituição, bem como para assegurar condições reais que induzam ao êxito no cumprimento de suas múltiplas missões, sob um contexto realista, em que parte da população convive no caos social, é fundamental que os integrantes do EB mantenham os seus padrões de conduta e de comportamento.

Em que pesem os problemas sociais e as necessidades da sociedade brasileira, que resultam nas “facilidades” e no desrespeito às leis e ao próximo, os ensinamentos advindos das escolas de formação, a prática da ética e dos bons costumes no ambiente da caserna, a disciplina militar e o culto aos valores a às tradições do Exército Brasileiro têm contribuído para a manutenção da credibilidade e da confiança que o povo brasileiro deposita na Instituição.

Desta forma, as práticas aqui consideradas têm elevado e mantido os padrões de comportamento e tendem a contribuir para que a Instituição torne-se

cada vez mais respeitada e confiante nos propósitos humanos e existenciais. Assim, não há como negar que, mesmo com a exposição cada vez maior aos problemas morais que permeiam comportamentos atípicos no seio da sociedade, os valores advindos do exercício da ética, da moral e dos bons costumes possam contribuir cada vez mais, para a solidez e a imprescindibilidade da profissão militar.

_____

Marco Aurélio **Küster** de Paula – Cel Inf